

# FRSS

Fundo de Reestruturação  
do Setor Solidário

**RELATÓRIO E CONTAS  
EXERCÍCIO DE 2015**



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO

ÍNDICE

1. Introdução
2. Modelo de Governo
3. Regulamento Interno
4. Atividade desenvolvida em 2015
5. Financiamento do Fundo em 2015
6. Situação económica e financeira
7. Demonstrações financeiras
8. Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015
9. Proposta de aplicação de Resultados
10. Relatório e Parecer do Fiscal Único
11. Certificação Legal de Contas

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

## 1. Introdução

O Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, com o objetivo de apoiar a reestruturação e sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particularidades de Solidariedade Social (IPSS) e Equiparadas.

O FRSS é um fundo autónomo, dotado de autonomia administrativa e financeira, não integra o orçamento da segurança social nem faz parte do perímetro de consolidação da segurança social.

O FRSS é gerido por um Conselho de Gestão, formado por um presidente e três vogais, e é fiscalizado por um Fiscal Único.

O Conselho de Gestão integra o presidente do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., (IGFSS, I.P.) que preside; um representante da Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade; um representante da União das Misericórdias Portuguesas; um representante da União das Mutualidades Portuguesas. Por cada membro efetivo é também designado um membro suplente.

O capital do FRSS é formado através da retenção de uma percentagem da atualização anual da comparticipação financeira atribuída às IPSS e equiparadas por acordos de cooperação, sendo que, no primeiro ano da vigência do FRSS, aquela percentagem corresponde a 0,5%. Em 2015, com a publicação da Portaria n.º 4/2015, de 6 de janeiro, a percentagem referida no n.º 2 do art.º 6º do decreto-Lei n.º 165-A/2013, foi fixada em 0,1% gerando uma comparticipação financeira, refletida no Fundo de Capital, de 1.042,8 milhares de euros.

Para além do capital a realizar, o FRSS pode ser financiado por proveitos gerados pela sua gestão, por receitas atribuídas por entidades públicas e privadas e através de soluções financeiras a implementar no ciclo de programação de fundos comunitários 2014/2020.

A Portaria n.º 31/2014, de 5 de fevereiro, estabeleceu a operacionalização do funcionamento do FRSS e definiu os termos e as condições da concessão do apoio financeiro bem como a forma de reembolso.

Em 30 de setembro de 2014, a Lei n.º 75-A/2014, através do art.º 27º, aditou ao Decreto-Lei n.º 165-A/2013, o artigo 16º-A. Nesse artigo, o FRSS é equiparado aos fundos de capitalização administrados pelas instituições da segurança social para efeitos do disposto na alínea d) do nº 1 do art.º 9º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de Setembro, beneficiando do regime

fiscal previsto na alínea b) do art.º 6º do Código do Imposto de Selo, aprovado pela Lei n.º 150/99, de 11 de setembro.

O Decreto-Lei n.º 44/2015 procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, alterado pela Lei n.º 75 -A/2014, de 30 de Setembro, e vem clarificar o modelo de financiamento do FRSS.

### 2. Modelo de Governo

O modelo de governo do FRSS assenta no Conselho de Gestão e no Fiscal Único. A atual configuração resulta da aplicação dos artigos 11º e 13º do Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro.

As competências do Conselho de Gestão e do Fiscal Único estão definidas nos artigos 12º e 14º do decreto-lei acima referido.

Os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Gestão não são remunerados.

É a seguinte a lista dos membros efetivos e suplentes dos órgãos sociais.

#### Conselho de Gestão - Membros efetivos

Cargo	Nome	Designação	
		Entidade representativa	Data
Presidente	Rui Filipe de Moura Gomes	Alínea a), nº 2, Art.º 11º, DL 165-A/2013	26/12/2013
Vogal	Eleutério Manuel Alves	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade	26/12/2013
Vogal	Manuel Augusto Lopes de Lemos	União das Misericórdias Portuguesas	26/12/2013
Vogal	Luís Alberto Silva	União das Mutualidades Portuguesas	26/12/2013

#### Conselho de Gestão - Membros suplentes

Cargo	Nome	Designação	
		Entidade representativa	Data
Presidente	Nuno Miguel Simões Venes	Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.	26/12/2013
Vogal	Maria Goreti Gonçalves Teixeira	Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade	26/12/2013
Vogal	António Paulo Lima Salvado Moreira	União das Misericórdias Portuguesas	26/12/2013
Vogal	Luís Manuel Reis Miranda	União das Mutualidades Portuguesas	26/12/2013

**Fiscal Único**

Cargo	Nome	Designação	
		Sociedade representativa	Data
Efetivo	Joaquim Oliveira de Jesus <sup>1</sup>	Oliveira, Reis & Associados, SROC, Lda, registada na OROC com o n.º23	28/03/2014
Suplente	Fernando Marques Oliveira	Revisor Oficial de Contas, em nome individual, registado na OROC com o n.º207	28/03/2014

**3. Regulamento Interno**

O Art.º 15º do Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, determina que que o Regulamento Interno deve ser aprovado pelo Conselho de Gestão do FRSS.

A Portaria n.º 31/2014, que regulamenta o decreto-lei, acima mencionado, foi publicada em 5 de fevereiro de 2014.

Em 11 de fevereiro de 2014, o Conselho de Gestão aprovou a primeira versão do Regulamento Interno, na qual, ficaram desde logo estabelecidas as regras de funcionamento do Conselho de Gestão e modo de vinculação do FRSS.

Em 28 de março de 2014, foi aprovada pelo Conselho de Gestão uma nova versão do Regulamento Interno, que alterou a anterior na parte respeitante à gestão de Fundo. Esta nova versão densificou os conceitos de “não cumprimento reiterado da execução do plano de reestruturação” e de “desvios e alterações à execução do plano de reestruturação” a observar pelas entidades beneficiárias do FRSS.

Em 2016, procedeu-se à 3.ª alteração do regulamento interno, tendo o mesmo sido aprovado em reunião do Conselho de Gestão, de 12 janeiro. A nova versão do regulamento interno clarificou em termos práticos o conceito de “não cumprimento reiterado da execução do plano de reestruturação” e introduziu regras para aceitação e aprovação dos “pedidos de alterações às medidas e planos de reestruturação” e dos “pedidos de prorrogação de prazo máximo de reembolso”, a submeter pelas entidades beneficiárias do FRSS.

Foi igualmente fixada a taxa de juro a aplicar aos pedidos de prorrogação por período excecional, previsto nos termos da Portaria n.º 31/2014, de 4 de fevereiro.

O novo regulamento interno encontra-se disponível no sítio

[www4.seg-social.pt/fundo-de-reestruturacao-do-setor-solidario](http://www4.seg-social.pt/fundo-de-reestruturacao-do-setor-solidario).

<sup>1</sup> Em substituição de José Vieira dos Reis falecido em 17 de fevereiro de 2016.

#### 4. Atividade desenvolvida em 2015

O processo de seleção das candidaturas a financiar e a sua aprovação por deliberação do Conselho de Gestão, ficou concluído no exercício anterior.

Deu-se de imediato início ao processo de validação da conformidade para processamento e pagamento, no decorrer do qual se verificou a exclusão de seis candidaturas, em resultado de desistências e cancelamentos, no total de 1.429.026,92 euros, pelo que o total das candidaturas que reuniam as condições para pagamento se cifrou em 23.675.528,73 euros.

Os quadros seguintes evidenciam, por entidade representativa, o número de candidaturas aprovadas e valores concedidos.

Entidade	Candidaturas Aprovadas		
	Nº.	VALOR(€)	%
<b>CNIS</b>	78	17.597.115,36	78,79%
<b>UMP</b>	21	7.507.440,29	21,21%
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>25.104.555,65</b>	<b>100,00%</b>

CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade  
UMP (Misericórdias) - União das Misericórdias Portuguesas

Entidade	Valor Concedido		
	Nº.	VALOR(€)	%
<b>CNIS</b>	72	16.168.088,44	77,42%
<b>UMP</b>	21	7.507.440,29	22,58%
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>23.675.528,73</b>	<b>100,00%</b>

A diferença existente entre número de candidaturas aprovadas (99) e o número de instituições beneficiárias (93), resulta de terem ocorrido 5 instituições que apresentaram a sua desistência, e 1 que foi eliminada por dívidas à Autoridade Tributária e à Segurança Social.

O processo de celebração dos contratos de mútuo e demais formalidades foi concluído nos finais de 2014, tendo-se iniciado os pagamentos dos apoios em janeiro de 2015. O número de candidaturas e valores a desembolsar, em 2015 e período posterior, foram fixados conforme se indica no quadro seguinte:

Handwritten signature and initials in the bottom right corner of the page.

Entidade	Ano 2015	
	Nº.	VALOR(€)
CNIS	72	15.868.088,44
UMP	21	7.507.440,29
<b>Total</b>	<b>93</b>	<b>23.375.528,73</b>

Entidade	Ano 2016	
	Nº.	VALOR(€)
CNIS	1	150.000,00

Entidade	Ano 2017	
	Nº.	VALOR(€)
CNIS	1	150.000,00

<b>Total</b>	<b>23.675.528,73</b>
--------------	----------------------

Em 2015, 4 instituições efectuaram o reembolso dos valores dos apoios recebidos, sendo que 3 delas reembolsaram na sua totalidade o FRSS, pelo que o capital em dívida ao FRSS à data de 30/12/2015 era de 23.014.420,51 €.

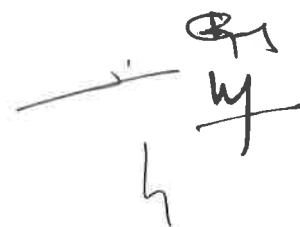
*um:€*

Instituição	Valor Concedido	Reembolso Parcial	Reembolso Total	Valor total reembolsado em 2015
Creche Infantilário o Teu Filho	149.666,00		149.666,00	
Centro Social e Paroquial Fragoso	186.258,32		186.258,32	
STª Casa Misericórdia Alfandega da Fé	200.000,00	10.000,00		
Associação Solidarie.d.Social Vila Cova	15.183,50		15.183,90	
<b>Total</b>		<b>10.000,00</b>	<b>351.108,22</b>	<b>361.108,22</b>

Valor desembolsado em 2015	Reembolsos efetuados pelas Instituições	Valor em dívida 31/12/2015
23.375.528,73 €	361.108,22 €	23.014.420,51 €

Regista-se ainda o facto de terem sido solicitados 62 pedidos de alteração do plano de reembolso, conforme se indica:

Nº.Total de Instituições beneficiárias	Nº. Pedidos de alteração do plano de reembolso dentro dos 4 anos	Nº. Pedidos de alteração do plano de reembolso superior aos 4 anos	Total de pedidos de alteração do plano
93	54	8	62



## 5. Financiamento do Fundo em 2014 e 2015

O FRSS foi criado com o propósito de promover e reforçar a capacidade económica e financeira das entidades do setor social e solidário.

Em 18 de dezembro de 2014, o Governo, através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 77-A/2014, atribuiu, a título de contribuição excecional, um montante de 3,5 milhões de euros para financiamento do FRSS.

Esta contribuição foi transferida da verba de ação social do orçamento da segurança social inscrita no orçamento do ano de 2014.

No exercício económico de 2015, o financiamento do FRSS, foi assegurado pelo valor das participações financeiras das IPSS, cuja percentagem fixada para este ano foi de 0,1%, de acordo com o n.º1 da portaria n.º94/2015, de 6 de janeiro, contribuindo com 1.042,8 milhares de euros, que se encontra reflectida no Fundo de Capital do FRSS.

Finalmente, em resultado das aplicações financeiras efetuadas durante o exercício de 2015, o FRSS gerou 24,6 mil euros de juros e rendimentos similares.

## 6. Situação económica e financeira

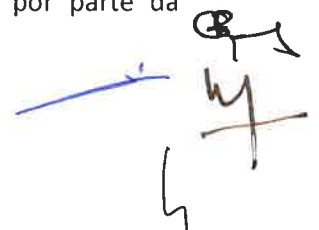
No final de 2015 o total do Ativo fixou-se em 35.535.480,43 euros, composto essencialmente, pelo valor do saldo dos financiamentos concedidos (23.014.420,51 euros), e pelos depósitos bancários (12.519.757,84 euros).

No que respeita ao Fundo de Capital, registou um total de 35.513.094,43 euros, reflectindo os resultados transitados (3.646.947,96 euros), o resultado líquido do exercício (-502.991,95 euros), bem como o reforço do fundo, resultante da participação financeira das IPSS do exercício em análise (1.042.812,30 euros), ascendendo ao total de 2.369.138,42 euros.

O Passivo é composto exclusivamente pelo saldo da conta de Fornecedores, de no valor de 22.386,00 euros.

Ao nível da estrutura de gastos, que totalizaram 560.576,04 euros, estes distribuem-se por duas rubricas: trabalhos especializados (contabilidade, certificação de contas e apoio à gestão administrativa do FRSS), no valor de 46.072,23 euros, e subcontratos (acompanhamento da execução dos processos objeto de financiamento, por parte das entidades representativas dos sectores sociais envolvidos), no total de 514.386,00 euros.

Relativamente aos rendimentos, que totalizaram 57.584,09 euros, respeitam a juros de depósitos (24.620,48 euros) e restituição de imposto, por parte da Autoridade Tributária (32.963,61 euros).





7. Demonstrações financeiras

Fundo de Reestruturação do Sector Solidário

NIPC: 510936687

31-12-2015

Demonstração de Resultados por Naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	EUR		Var %
		Periodos		
		2015	2014	
Vendas e serviços prestados				
Subsídios doações e legados à exploração	8		3.500.000,00	-100.00%
Varição nos inventários da produção Trabalhos para a própria entidade Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				
Fornecimentos e serviços externos	6	-560.576,04	-9.935,35	5542.24%
Gastos com o pessoal				
Imparidade de inventários (perdas/reversões)				
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)				
Provisões (aumentos/reduções) Provisões específicas (aumentos/reduções)				
Aumentos/reduções de justo valor				
Outros rendimentos e ganhos	13	32.963,61		
Outros gastos e perdas	9		-33.115,21	100.00%
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>-527.612,43</b>	<b>3.456.949,44</b>	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização				
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>-527.612,43</b>	<b>3.456.949,44</b>	
Juros e rendimentos similares obtidos	7	24.620,48	190.048,52	-87.05%
Juros e gastos similares suportados				
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>-502.991,95</b>	<b>3.646.997,96</b>	
Imposto sobre o rendimento do período				
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>-502.991,95</b>	<b>3.646.997,96</b>	

Conselho de Gestão,

*Paulo Henrique de Sousa Gomes*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

Contabilista Certificado,

*Paulo Henrique de Sousa Gomes*

Fundo de Reestruturação do Setor Solidário

NIPC: 510936687

31-12-2015

Balço	Notas	EUR		Var %
		2015	2014	
<b>ACTIVO</b>				
Activo não corrente				
Activos fixos				
tangíveis Bens do património histórico e cultural				
Propriedades de investimento				
Activos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14	23.014.420,51		
Subtotal		23.014.420,51		
Activo Corrente				
Inventários				
Clientes				
Adiantamentos a fornecedores				
Estados e outros entes públicos		1.302,08		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Outras contas a receber				
Diferimentos				
Outros activos financeiros				
Caixa e depósitos bancários	10	12.519.757,84	34.973.520,08	-64,20%
Subtotal		12.521.059,92	34.973.520,08	
<b>Total do activo</b>		<b>35.535.480,43</b>	<b>34.973.520,08</b>	
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>				
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>				
Fundos	11	2.369.138,42	1.326.326,12	78,62%
Contribuição Inicial	11	30.000.000,00	30.000.000,00	
Excedentes técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	11	3.646.947,96	-50,00	100,00%
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais				
Subtotal		36.016.086,38	31.326.276,12	
Resultado líquido do período	11	-502.991,95	3.646.997,96	100,00%
<b>Total do Fundo de Capital</b>		<b>35.513.094,43</b>	<b>34.973.274,08</b>	<b>1,54%</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>Passivo não corrente</b>				
Provisões				
Específicas				
Financiamentos obtidos				
Outras contas a pagar				
Subtotal				
<b>Passivo corrente</b>				
Fornecedores	12	22.386,00	246,00	9000,00%
Adiantamentos de clientes				
Estado e outros entes públicos				
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros				
Financiamentos obtidos				
Diferimentos				
Outras contas a pagar	13			
Outros passivos financeiros				
Subtotal		22.386,00	246,00	
<b>Total do Passivo</b>		<b>22.386,00</b>	<b>246,00</b>	<b>9000,00%</b>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<b>35.535.480,43</b>	<b>34.973.520,08</b>	<b>1,61%</b>

Conselho de Gestão,

*Philippe de launay*

*[Signature]*

*[Signature]*

Contabilista Certificado,

*[Signature]*

Fundo de Reestruturação do Sector Solidário

NIPC: 510936687

31-12-2015

### Demonstração de Fluxos de Caixa

		EUR	EUR	
	Notas	Periodos		
		2015	2014	Var %
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais</b>				
<b>Método directo</b>				
Recebimentos de clientes e Utentes				
Pagamentos de subsídios			3.500.000,00	-100,00%
Pagamentos de apoios		-23.014.420,51		
Pagamentos de bolsas				
Pagamentos a fornecedores		-538.436,04	-9.740,95	5427,55%
Pagamentos ao pessoal				
Caixa gerada pelas operações		-23.552.856,55	3.490.259,05	-774,82%
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		31.661,53	-32.963,61	-196,05%
Outros recebimentos/pagamentos			-150,00	-100,00%
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</b>		<b>-23.521.195,02</b>	<b>3.457.145,44</b>	<b>-780,36%</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros activos		-64.500.000,00	-523.500.000,00	-87,68%
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Activos fixos tangíveis				
Activos intangíveis				
Investimentos financeiros				
Outros activos		64.500.000,00	523.500.000,00	-87,68%
Subsídios ao investimento				
Juros e rendimentos similares		24.620,48	190.048,52	-87,05%
Dividendos				
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</b>		<b>24.620,48</b>	<b>190.048,52</b>	<b>-87,05%</b>
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>				
<b>Recebimentos provenientes de:</b>				
Financiamentos obtidos				
Realizações de Fundos		1.042.812,30	1.326.326,12	-21,38%
Cobertura de prejuízos				
Doações				
<b>Outras operações de financiamento</b>				
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>				
Financiamentos obtidos				
Juros e gastos similares				
Dividendos				
Reduções do Fundo				
Outras operações de financiamento				
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</b>		<b>1.042.812,30</b>	<b>1.326.326,12</b>	<b>-21,38%</b>
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	4	-22.453.762,24	4.973.520,08	-551,47%
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período		34.973.520,08	30.000.000,00	16,58%
Caixa e seus equivalentes no fim do período		12.519.757,84	34.973.520,08	-64,20%

Conselho de Gestão.

*[Handwritten signature]*

Contabilista Certificado.

*[Handwritten signature]*

Fundo de Reestruturação do Setor Solidário  
NIPC 510936687

31-12-2015

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

EUR

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos	Contribuição Inicial	Resultados Transitados	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total de Fundos Patrimoniais
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014 (1)</b>		0,00	30.000.000,00	0,00	0,00	-50,00	29.999.950,00
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b> Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Aplicação do Resultado Líquido				-50,00		50,00	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							
		0,00	0,00	-50,00	0,00	50,00	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (2)</b>						3.646.997,96	3.646.997,96
<b>RESULTADO INTEGRAL (3+2)</b>						3.647.047,96	3.646.997,96
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
Fundos		1.326.326,12					
Aplicação do Resultado Líquido de 2013							
Outras operações							
Entradas para cobertura de perdas							
Outras operações	11						
		1.326.326,12	0,00	0,00	0,00	0,00	1.326.326,12
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014 (2+1+2+3+4)</b>		1.326.326,12	30.000.000,00	-50,00	0,00	3.646.997,96	34.973.274,08
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015 (5)</b>		1.326.326,12	30.000.000,00	-50,00	0,00	3.646.997,96	34.973.274,08
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b> Primeira adopção de novo referencial contabilístico							
Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização de excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis							
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações							
Ajustamentos por impostos diferidos							
Aplicação do Resultado Líquido	11			3.646.997,96		-3.646.997,96	
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais							
		0,00	0,00	3.646.997,96	0,00	-3.646.997,96	0,00
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO (6)</b>						-502.991,95	-502.991,95
<b>RESULTADO INTEGRAL (5+6)</b>						-1.149.989,91	-502.991,95
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>							
Fundos	11	1.042.812,30					
Aplicação do Resultado Líquido							
Outras operações Entradas para cobertura de perdas Outras operações							
	10	1.042.812,30	0,00	0,00	0,00	0,00	1.042.812,30
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015 (4+7+6+8)</b>		2.369.138,42	30.000.000,00	3.646.947,96	0,00	-502.991,95	35.513.094,43

Conselho de Gestão

Contabilista Certificado

*Philippe de Franco*  
*Paulo*  
*Luís*

8. Anexo às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

Fundo de Reestruturação do Sector Solidário  
NIPC: 510936687

Pág. 1/2

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FINDO EM

31 de Dezembro de 2015

1. Identificação da entidade

O Fundo de Reestruturação do Sector Solidário (FRSS) é um fundo autónomo com personalidade jurídica, dotado de autonomia administrativa e financeira, criado pelo DL n.º 165-A/2013 de 23/12. Tem a sua sede na Av. Manuel da Maia, N.º 58, em Lisboa. O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas, permitindo a manutenção do regular desenvolvimento das respostas e serviços prestados.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas normas que integram a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e a Norma Contabilística e do Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNI).  
Por se tratar do primeiro exercício de atividade não existem comparativos nas demonstrações financeiras. O FRSS adota a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo ("NCRF-ESNI") desde a sua fundação.

3. Principais políticas contabilísticas, estimativas e julgamentos relevantes

Instrumentos financeiros

Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação.

Caixa e seus equivalentes

Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e seus equivalentes' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com um risco de alteração de valor não significativo.

Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de "Outros activos correntes", "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes".

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relacionados. Todas as estimativas e suposições efectuadas pelo órgão de gestão foram efectuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: i) vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e iii) provisões;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

4. Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método directo. A entidade classifica na rubrica 'Caixa e seus equivalentes' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não ocorreram durante o exercício alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a períodos anteriores.

6. Fornecimentos e serviços externos

	2015	2014
Subcontratos Trabalhos	514.386,00 €	- €
especializados Serviços	46.072,23 €	9.840,00 €
Bancários	117,81 €	95,35 €
	<u>560.576,04 €</u>	<u>9.935,35 €</u>

7. Juros e rendimentos similares obtidos

	2015	2014
Juros Obtidos - de Depósitos	24.620,48 €	190.048,52 €
Outros Juros	- €	- €
	<u>24.620,48 €</u>	<u>190.048,52 €</u>

8. Subsídios, doações e legados à exploração

	2015	2014
Subsídios à Exploração	- €	3.500.000,00 €
Doações	- €	- €
	<u>- €</u>	<u>3.500.000,00 €</u>

9. Outros Gastos e Perdas

	2015	2014
Impostos Directos	- €	32.963,61 €
Impostos Indirectos	- €	1,60 €
Outros	- €	150,00 €

ICAT/ist

Fundo de Reestruturação do Setor Solidário

NIPC: 510936687

Pag. 2/3

ANEXO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O PERÍODO FIMDO EM		
31 de Dezembro de 2015		
	-	33.115,21 €
<b>10. Caixa e depósitos bancários</b>		
	2015	2014
Caixa	-	-
Depósitos Bancários	12.519.757,84 €	34.973.520,08 €
	12.519.757,84 €	34.973.520,08 €
<b>11. Fundos Patrimoniais</b>		
Os Fundos Patrimoniais a 31 de Dezembro de 2015 totalizam 35.513.094,43 €.		
	2015	2014
Fundos	2.369.138,42 €	1.326.326,12 €
Contribuição Inicial	30.000.000,00 €	30.000.000,00 €
Resultados transitados	3.646.947,96 €	50,00 €
Resultado líquido do período	- 502.991,95 €	3.646.997,96 €
	35.513.094,43 €	34.973.274,08 €
O FRSS foi dotado por Resolução do Conselho de Ministros n.º 95-A/2013 de 26/12, do valor de 30.000.000€, como contribuição inicial para o desenvolvimento da sua atividade.		
<b>12. Fornecedores</b>		
Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de Fornecedores apresentava as seguintes valores:		
	2015	2014
Fornecedores c/c	22.386,00 €	246,00 €
Adiantamentos a fornecedores	-	-
	22.386,00 €	246,00 €
<b>13. Outros rendimentos e ganhos</b>		
O montante restituído refere-se ao IRC retido pelas entidades bancárias, sobre os juros das aplicações financeiras.		
	2015	2014
Restituição de impostos	32.963,61 €	-
Outros	-	-
	32.963,61 €	-
<b>14. Outras contas a receber e a pagar</b>		
	2015	2014
Fundadores/doadores/associados/membros	23.014.420,51 €	-
Outros	-	-
	23.014.420,51 €	-
Esta conta reflete o saldo entregue, e não restituído pelas instituições Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, para estas, nos serviços sociais que desenvolvem.		
<b>15. Acontecimentos após a data do balanço</b>		
Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício.		
<b>16. Data de autorização para emissão</b>		
As demonstrações financeiras do período findo em 31 de Dezembro de 2015 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em março de 2016.		

Conselho de Gestão,



Contabilista Certificado,




**9. Proposta de Aplicação de Resultados**

O FRSS apurou um resultado líquido negativo de 502.991,95 euros no exercício de 2015. O Conselho de gestão aprova a sua transferência para Resultados Transitados.

Handwritten signature in blue ink, consisting of a horizontal line above the letters 'RS', 'M', 'T', and 'L' stacked vertically.

**10 Relatório e Parecer do Fiscal Único**







## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Nos termos do disposto na alínea b) do art.º 14.º do Decreto-Lei nº165-A/2013, de 23 de dezembro, cumpre ao Fiscal Único emitir parecer sobre os documentos de prestação de contas do *FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR SOLIDÁRIO (FRSS)* referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2015.
2. O representante do Fiscal Único, o Dr. José Vieira dos Reis, faleceu em 17 de fevereiro de 2016, tendo sido substituído pelo Dr. Joaquim Oliveira de Jesus.
3. O Fiscal Único desempenhou as funções para as quais foi designado, tendo nomeadamente procedido às verificações que considerou convenientes nas circunstâncias e apreciado as contas do *FRSS*. Para o efeito, recebeu da referida *Instituição* todos os esclarecimentos e informações solicitadas.
4. No encerramento do exercício foi apreciado o relatório de gestão e completado o exame às demonstrações financeiras, com vista à sua certificação legal.
5. **Parecer**  
Face ao exposto, o Fiscal Único é de parecer que os documentos de prestação de contas do *FUNDO DE REESTRUTURAÇÃO DO SECTOR SOLIDÁRIO* referentes ao exercício de 2015, se apresentam elaborados, de acordo com os princípios contabilísticos legalmente aplicáveis a esta *Instituição*, incluindo o que se contém na Certificação Legal das Contas.
6. Finalmente, o Fiscal Único deseja agradecer ao Conselho de Gestão do *FRSS* e aos Serviços toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 22 de março de 2016

O FISCAL ÚNICO

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Representada por  
Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056





FERNANDO MARQUES OLIVEIRA  
JOSÉ VIEIRA DOS REIS  
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ  
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS  
CARLOS MANUEL GRENHA

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **INTRODUÇÃO**

1. Examinámos as demonstrações financeiras do FUNDO DE RESTRUTURAÇÃO DO SECTOR SOLIDÁRIO, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 35.535.480 euros e um total de Fundos Patrimoniais de 35.513.094 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 502.992 euros), as Demonstração dos resultados por naturezas, das alterações nos fundos patrimoniais, e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

### **RESPONSABILIDADES**

2. É da responsabilidade do Conselho de Gestão do FUNDO DE RESTRUTURAÇÃO DO SECTOR SOLIDÁRIO a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, das alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **ÂMBITO**

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gestão do FUNDO DE

1/2

SEDE | HEAD OFFICE  
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C  
1250-143 LISBOA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 217 271 197  
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch  
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3  
2415-396 LEIRIA - PORTUGAL  
Tel. (+351) 244 822 175  
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch  
Via Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23  
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E  
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL  
Tel. (+351) 223 744 485  
Fax (+351) 223 744 977



RESTRUTURAÇÃO DO SECTOR SOLIDÁRIO utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
- a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

5. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

#### **OPINIÃO**

6. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do FUNDO DE RESTRUTURAÇÃO DO SECTOR SOLIDÁRIO, em 31 de dezembro de 2015, o resultado das suas operações, das alterações nos fundos patrimoniais e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as entidades do sector não lucrativo (ESNL).

#### **RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS**

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 22 de março de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

